



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Ambiente,

Energia e Ordenamento do Território

Sr. Deputado José Maria Cardoso

Assunto: requerimento de audição urgente do Ministro do Ambiente e da Acção Climática sobre assinatura de contratos de prospeção, pesquisa e exploração de recursos geológicos

O PAN teve conhecimento, através da comunicação social, que o Ministério do Ambiente e da Acção Climática já terá terminado uma nova legislação relativa à exploração de recursos geológicos que estará, alegadamente, a aguardar aprovação em Conselho de Ministros.

Por reconhecer as fragilidades ao nível da protecção ambiental da legislação em vigor, a proposta legislativa do Ministério do Ambiente e da Acção Climática, será, de acordo com a comunicação social, mais exigente em termos ambientais e dará mais poder aos municípios. Em concreto, deverá prever que a recuperação ambiental aconteça ainda durante a fase de exploração e não apenas depois do encerramento da mina, que seja feito um estudo de impacto ambiental e que haja uma contribuição para a reciclagem dos materiais e para a economia circular. Adicionalmente, a nova legislação deverá prever a repartição dos benefícios económicos da exploração com os municípios e um reforço da participação dos municípios, incluindo o poder de veto a atividades de prospeção, pesquisa e exploração mineira que não resultem de um concurso lançado pelo Governo.

Entretanto, foi também noticiado na comunicação social que, desde o início de 2020, o Ministério do Ambiente e da Acção Climática, através da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), assinou 16 novos contratos relacionados com a exploração dos recursos geológicos, 9 contratos de prospeção e pesquisa e sete contratos de exploração. Salienta-se que os referidos contratos não se encontram disponíveis no sítio da DGEG que apresenta informação actualizada a 5 de Julho de 2019, apesar de indicar que a informação é actualizada semestralmente.

Neste enquadramento, não se percebe porque é que o Ministério do Ambiente e da Acção Climática apesar de reconhecer que existem fragilidades ao nível da protecção ambiental, da legislação em vigor, motivo pelo qual preparou um novo enquadramento legislativo que salvaguarda melhor os interesses dos ecossistemas e dos próprios municípios, não aguardou que a legislação que propõe estivesse em vigor antes da assinatura de novos contratos de

prospecção, pesquisa e exploração de recursos geológicos, de forma a melhor proteger o ambiente e os municípios afectados.

Nesse sentido, e para que a opção do Ministério do Ambiente e da Acção Climática seja clarificada, o Grupo Parlamentar do PAN vem, por este meio, solicitar a realização de uma audição com carácter de urgência ao senhor Ministro do Ambiente e da Acção Climática.

Palácio de São Bento, 23 de Junho de 2020.

As deputadas e o deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Cristina Rodrigues

Inês de Sousa Real